

**ANDREA SANTOS AZAMBUJA DE SOUZA**

**A IMPORTÂNCIA DOS BRINQUEDOS E JOGOS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS  
DEFICIENTES MENTAIS EDUCÁVEIS**

**PONTAL DO PARANÁ**

**2005**

**ANDREA SANTOS AZAMBUJA DE SOUZA**

**A IMPORTÂNCIA DOS BRINQUEDOS E JOGOS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS  
DEFICIENTES MENTAIS EDUCÁVEIS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de especialista no curso de Pós-graduação em Educação Especial/ Inclusiva realizado pela Universidade Federal do Paraná, Centro de Educação à Distância de Pontal do Paraná, sob a orientação da professora mestra Márcia Ramos de Sá Guimarães e co-orientação da professora Naura Nanci Muniz Santos.

**PONTAL DO PARANÁ**

**2005**

## RESUMO

Estamos vivenciando um processo de inclusão, onde crianças portadoras de grandes comprometimentos educacionais estão sendo “colocadas” em turmas regulares sem que os profissionais possuam preparo, motivação, recursos e respaldo para trabalhar com estes indivíduos tão diferentes da maioria. Onde, escolas se vêem recebendo alunos portadores de necessidades educativas especiais em salas de aula regulares percebem que incluir não é só colocar estes alunos nas salas de aula, é oferecer a todos uma série de desafios e oportunidades que sejam adequadas às suas habilidades e necessidades, e isso pressupõe estratégias de ensino-aprendizagem. Para isso faz-se necessário conhecer as diferentes maneiras pelas quais sujeitos apresentam necessidades especiais, e isto só toma sentido quando educadores e família oportunizam seu desenvolvimento, concebendo-as como pessoas, com potenciais a serem descobertos e apreciados, possibilitando assim condições dignas de acesso tanto à educação como a vida em sociedade. Desta forma o processo educativo deve oferecer para este aluno oportunidades, seja no âmbito cultural, social ou profissional, permitindo ao sujeito com necessidades especiais uma inserção com qualidade na sociedade, garantindo o exercício efetivo dos direitos humanos, produzindo a sua vida, tão normalmente quanto possível, a despeito de sua limitação. Partindo destes pressupostos estaremos desenvolvendo um real trabalho de integração da pessoa portadora de necessidades educativas especiais, possibilitando-lhe o preparo para o exercício da cidadania em todas as suas instâncias. Para uma verdadeira efetivação desta inclusão, uma estratégia de ensino a ser usada é o jogo e o brinquedo. Vários autores os indicam por serem facilitadores desse processo, pois estes apresentam possibilidades concretas de aceitação entre as crianças especiais e as ditas “normais”, sendo que estes recursos são causadores de novas experiências de convívio, bem como de aprendizagem e criatividade. Nos jogos e brinquedos encontramos a estimulação de relações interpessoais mais dinâmicas e livres de preconceitos entre alunos e entre alunos e professores. O presente trabalho bibliográfico é um estudo sobre o que é a Educação Especial, como se dá a inclusão, classificação de deficiência e da Deficiência Mental em Dependente, Treinável e Educável. Buscando comprovar a importância dos jogos e brinquedos na aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais, principalmente para as Deficientes Mentais Educáveis.

Palavras chave: **inclusão, brinquedos e jogos.**

## ABSTRACT

We be Valencia an inclusion process, where children carriers of great educational comptometer are being "placed" in regular groups without the professionals possess I prepare, motivation, resources and back-up to work with these individuals so different from most. Where, schools one sees receiving students carriers of special educational needs in regular class rooms they notice that to include it is not alone to place these students in the class rooms, it is to offer the whole ones a series of challenges and opportunities that are appropriate to its abilities and needs, and that presupposes teaching-learning strategies. For that he/she makes himself necessary to know the different ways for the which subjects present special needs, and this only takes sense when educators and family its opportunism development, conceiving them as people, with potentials be she discovered and appreciated, facilitating like this conditions worthy of access so much to the education as the life in society. This way the educational process should offer for this student opportunities, be in the cultural, social or professional ambit, allowing to the subject with special needs an insert with quality in the society, guaranteeing the effective exercise of the human rights, producing its life, as usually as possible, in spite of its limitation. Leaving of these presuppositions will be developing a Real work of the person's carrier of special educational needs integration, facilitating it prepares it for the exercise of the citizenship in whole its instances. For a true effective of this inclusion, a strategy of I teach to be used it is the game and the toy. Several authors indicate them for they are facilitative of that process, because these present concrete possibilities of acceptance between the special children and the said ones "normal", and these resources are causatives of new conviviality experiences, as well as of learning and creativity. In the games and toys we found the simulacra of relationships more dynamic interperssoais and free from prejudices among students and between students and teachers. The present bibliographical work is a study on what it is the Special Education, as he/she gives him the inclusion, deficiency classification and of the Mental Deficiency in Dependent, Trainable and Educable. Looking for to check the importance of the games and toys in the children's learning with special educational needs, mainly for the Faulty ones Mental you Educated.

Words key: inclusion, toys and games.

## SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO.....	02
ABSTRACT.....	03
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA ESPECIFICIDADE.....</b>	<b>07</b>
1. A HISTÓRIA DO HOMEM E SUAS DEFICIÊNCIAS.....	07
1.1 <b>Necessidades Educativas Especiais – um novo conceito.....</b>	<b>12</b>
1.2 <b>O Deficiente no Brasil.....</b>	<b>15</b>
1.3 <b>Conceito de Excepcionalidade.....</b>	<b>19</b>
2. DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA.....	19
2.1 <b>Definição.....</b>	<b>19</b>
2.2 <b>Causas da Deficiência Mental.....</b>	<b>20</b>
2.3 <b>Caracterização.....</b>	<b>21</b>
2.3.1 Deficiência Mental.....	21
2.3.1.1 Deficientes Mentais Dependentes.....	23
2.3.1.2 Deficientes Mentais Treináveis.....	24
2.3.1.3 Deficientes Mentais Educáveis.....	24
2.4 <b>Inclusão.....</b>	<b>28</b>
2.5 <b>Propósitos e Objetivos da Educação Inclusiva para o Deficiente Mental Educável.....</b>	<b>31</b>
 <b>CAPÍTULO II – O BRINQUEDO E O JOGO- SUA IMPORTÂNCIA.....</b>	 <b>35</b>
1. REVISÃO HISTÓRICA.....	35
1.1 <b>A Educação e o Brinquedo Educativo.....</b>	<b>36</b>
1.2 <b>Métodos de Ensino.....</b>	<b>36</b>
1.3 <b>A Relação da Criança com o Brinquedo.....</b>	<b>37</b>
1.4 <b>O Brinquedo.....</b>	<b>38</b>
1.5 <b>A Importância dos Brinquedos, Jogos e Brincadeiras.....</b>	<b>38</b>
1.6 <b>O Brinquedo como fator de mudança e de aprendizagem.....</b>	<b>41</b>
1.7 <b>O Direito de Brincar.....</b>	<b>42</b>
1.8 <b>A Escola e a Cultura Lúdica.....</b>	<b>43</b>
2. OS JOGOS.....	45
3. BRINQUEDOS PARA DEFICIENTES MENTAIS EDUCÁVEIS NA FAIXA DE ESCOLARIZAÇÃO.....	48
 <b>REFLEXÕES CONCLUSIVAS.....</b>	 <b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O artigo 7 de 20/11/1959 da Declaração Universal dos Direitos da Criança traz o brincar como um direito de todas as crianças. Assim, a escola como um espaço de formação integral onde o aluno passa a maior parte do seu tempo, deve desenvolver um trabalho que possibilite a vivência deste direito.

A idéia de construir o conhecimento através de jogos e brinquedos não é nova, muitos autores já vêm discutindo sobre isso. Mas a realidade do ensino brasileiro infelizmente não inclui essa prática na educação, pois o ensino tradicional inserido neste contexto não oportunizou a vivência desta prática pela sociedade, pais e professores. Sendo assim estes não se encontram preparados para compreender a importância do lúdico na formação da criança, dificultando e menosprezando este trabalho na escola.

Quando KIRK (1974, p. 127) refere-se ao brinquedo, evidencia que:

Grande parte do tempo de uma criança é dedicado aos brinquedos. Para o seu desenvolvimento, é o brinquedo mais do que uma forma de divertimento – é um meio de compreensão e relacionamento com o ambiente. O brinquedo desempenha papel importante no desenvolvimento total da criança. É um método de crescimento na área em que está madura para desenvolver-se. O brinquedo promove o crescimento físico, social, mental e emocional da criança.

Muitos professores se vêm tendo que desenvolver um trabalho com alunos com necessidades educativas especiais (alunos estes hoje inclusos no ensino regular) e por falta de informação adequada não sabem como lidar com tais crianças, já que tudo que sabem diz respeito às suas limitações e nada de concreto se utiliza a fim de se desenvolver a aprendizagem, principalmente no diz respeito ao lúdico.

Considerando esta realidade o presente trabalho terá como metodologia de pesquisa, um aprofundamento teórico em relação ao uso do brinquedo e dos jogos

de forma a ampliar o universo metodológico do professor, bem como despertar o interesse e o desenvolvimento global do aluno.

A escolha deste assunto se deu pela constatação de que educadores, psicólogos, pais ou quaisquer pessoas que trabalhem com crianças, não podem ficar alheias ao brinquedo, ao jogo, às brincadeiras, sendo que tais atividades são o veículo do crescimento destas, possibilitando-lhes explorar o mundo em relação a si mesma e à sociedade de uma forma natural.

Para auxiliar o desenvolvimento das potencialidades da criança, deve-se lançar mão de diversas técnicas, métodos e recursos. Por acreditar que brincadeira é coisa séria, é que aqui são apresentadas algumas idéias fundamentais sobre a criança e os brinquedos, jogos e sua organização, possibilitando assim a ampliação do conhecimento através da reflexão das práticas dos profissionais da educação em relação ao uso do brinquedo e dos jogos; valorizando os recursos lúdicos no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Com base no contexto atual, procura-se uma forma de proporcionar as crianças com necessidades educativas especiais uma aprendizagem baseada no lúdico de forma realmente significativa e construtiva.

Parte-se assim da hipótese de que os jogos e brinquedos também são instrumentos de ensino-aprendizagem e de que o brinquedo é importante, pois permite que a criança adquira novos conhecimentos, principalmente a criança que apresenta deficiência mental educável.

## CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA ESPECIFICIDADE

### 1. A HISTÓRIA DO HOMEM E SUAS DEFICIÊNCIAS

Na Idade Primitiva, os homens produziam sua existência em comum, partindo da relação entre si e a natureza. A concepção de atraso, ou desvio, ou deficiência sempre esteve atrelada e determinada pelo social e cultural desde os primórdios da humanidade.

É provável que aqueles seres dotados de uma deficiência mental, cegos ou surdos eram aniquilados ou faleciam precocemente, embora muitos com pequeno comprometimento mental sobrevivessem e contribuíssem ativamente na comunidade primitiva.

A natureza não exigia que ultrapassasse os limites individuais da pessoa com pequeno comprometimento mental, existia uma seleção natural dos seres existentes. Com isso, o abandono das pessoas com deficiência era algo natural, não causando nenhum sentimento de culpa.

As incapacidades resultantes de deficiência ou impedimentos orgânicos e funcionais acabavam resultando um empecilho para acompanhar o grupo social do qual faziam parte, restando-lhe o sinal de abandono no curso do caminho, pois esta era a lei da natureza, a lei do mais forte. Esta era a forma do homem se harmonizar com a natureza, rendendo-se às suas próprias limitações, as quais eram tomadas como forças naturais.

Até a Renascença, aqueles com deficiência eram expostos (abandonados à inanição). Para Aristóteles, até mesmo os filhos excedentes podem ser exposto em nome do equilíbrio demográfico. Como os loucos, eram abandonados ao mar nas Naus de insensatos. (CECCIM in SKLIAR, 1987, p.26).

Na Idade Média, as deficiências passaram a ser identificadas, porém, não podiam ser tratadas por razões físicas e sobrenatural. Por influência da Igreja, aquelas pessoas eram consideradas produtos do pecado e do demônio.

Com a hegemonia da noção do pecado, a teologia da culpa e as correntes do cristianismo ortodoxo, as pessoas com deficiência se tornam culpadas da sua própria deficiência, justo castigo dos céus pelos seus pecados ou de seus ascendentes. Possuídos pelo demônio, justificava-se o exorcismo e as flagelações e torturas.(CECCIM in SKLIAR, 1987, p.27).

A Idade Moderna caracterizou-se pelas grandes conquistas da burguesia. A conquista da escrita representava a superação do predomínio da oralidade.

Havia uma nova ideologia, “se todos são livres, todos são iguais”. Com isso, era necessário preservar a igualdade dos indivíduos, era necessário isolar aqueles que pudessem causar distúrbio a manifestações particulares. Tal isolamento é simbolizado pelos leprosários da Idade Média, que estiveram vazios durante a Renascença.

A Idade Moderna reinventou o internamento, como uma solução política, econômica, social e religiosa. Eram internados e reunidos entre muros, os considerados vagabundos, aqueles que perturbavam o descanso de suas famílias ou destruíam o patrimônio e os insanos.

Contudo, a criação dos hospitais e das casas de internamento, o internato adquire uma significação econômica, ou seja, passa a ser submetidos físico e moralmente a trabalhar a um baixo custo, para colaborarem com a prosperidade de todos.

Com o pressuposto de que toda a medida social e econômica está atrelada a uma função política, pode-se considerar que as casas de internamento

representavam uma forma de ocultar a miséria e os inconvenientes políticos e sociais decorrentes de tal situação.

Se na Idade Média eram as leis da natureza que forçavam o homem a trabalhar, na condição de maldito e pecador, na Era Moderna, surge a possibilidade da ética e a afirmação do homem pelo trabalho. As relações naturais são agora substituídas pelas relações sociais, morais e éticas.

A pessoa com deficiência que já fora excluída pela força da natureza, passa a ser excluída pela condição de inutilidade, invalidez e incapacidade de trabalhar. O trabalho nas casas de internamento assume uma significação ética, uma vez que a maioria das ocupações eram sem utilidades e sem proveito.

Na Idade Média, as populações que se diferenciavam pelos elementos fisiológico-sensorial eram marginalizados. Na Era Moderna, a marginalização se dá pela condenação ética à ociosidade. São as comunidades capazes para o trabalho que assumem o poder ético de delimitar as fronteiras entre o útil e o inútil, estabelecendo as formas de rejeição e a alienação ao internamento.

A aplicação da ordem do internamento resulta basicamente das sínteses sociais, ou seja, as leis econômicas de mercado determinam a necessidade de instituições para abrigar, asilar, isolar, assistir e reprimir os indivíduos que não demonstram capacidade de produção nem de troca.

Ao final do século XVIII, o afastamento dos indivíduos do mundo, segue um novo dogma, cuja fraqueza se revestem a um convite ao pecado.

As primeiras iniciativas de caráter educacional aplicadas nas atividades dos regimes de internamento limitavam-se a aprender a ler, escrever, contar, comportar-se, serem honestos e decentes com os que visitassem a casa, ler as santas Escrituras e assistir aos ofícios divinos.

Mas a evolução filosófico-pedagógica não enriquece o conhecimento da deficiência mental: lida com ela, combate-a, redime-a, porém não a explica, não a evita, não a previne. É a evolução do conhecimento médico, na ausência da psicologia ou outra ciência do comportamento, que guiará a teoria, e, grosso modo, a terapia, enquanto a deficiência mental for um problema orgânico e medicável. (PESSOTI, 1984, p.72).

Este vínculo entre religião e internamento diversificou de tal modo que várias denominações religiosas se dirigiam às instituições com vistas a consolar aquelas consideradas almas sofredoras.

Atitudes contraditórias se desenvolvem diante das pessoas com deficiência mental: um eleito de Deus ou um representante do castigo divino: um anjinho ou um pára-raios da vingança celestial que vai receber, um lugar da aldeia, a cólera divina.”(CECCIM in SKLIAR, 1997, p.27).

A inquisição católica sacrificou milhares de deficientes mentais. A hierarquia clerical não conseguiu vencer as superstições e ainda as difundiu, pois acreditava em feitiçaria. Lutero fez uma confusão que equiparou a criança deficiente mental como tomado pelo demônio ou seres sobrenaturais, afogá-lo ou orar seria as práticas morais e eficazes.

No final do século XVIII, os médicos Esquirol e Pinel denominaram as pessoas com deficiência mental como idiotas, cretinas, imbecis, trazendo a marca do irreversível, incurável e inapelável.

No início do século XIX, a deficiência mental passa a ser visualizada no campo profissional da medicina moral, um problema médico, passível de tratamento, de intervenção comportamental, com a possibilidade de reeducação. Deste modo, a deficiência mental passa a ser território médico e não pedagógico, não havia a mínima possibilidade de educação especial fora das proposições médicas.

Segundo BIANCHETTI, (1998, p. 36),

O corpo começou a ser definido e visto como uma máquina em funcionamento. Dessa visão vai emergir um resultado desastroso para a questão da diferença. Se o corpo é a máquina, a excepcionalidade ou qualquer diferença nada mais é que a disfunção de alguma peça dessa máquina, ou seja, se, na Idade Média, a deficiência estava associada ao pecado, agora, passa a ser relacionada a disfuncionalidade.

Com a medicina começou a criar-se um diagnóstico diferenciado para os diversos comprometimentos clínicos e funcionais. Alguns preconceitos quanto a irrecuperabilidade da pessoa com deficiência dita severa ou profunda, começaram a estimular discussões sobre a metodologia de ensino para as pessoas com deficiências.

A medicina do início do século XX resolvera a prescrição dos diversos tratamentos da deficiência mental conforme a gravidade de cada quadro: confinamento ou educação especial, com estes nomes. Às pessoas com deficiência de tipo vegetativa ou severa, o confinamento e reclusão nos hospícios, às demais, uma educação especial para proteger a sociedade e reduzir os custos da manutenção pública ou familiar do oligofrênico. (CECCIM in SKLIAR, 1997, p. 37).

As teorias segregadoras foram caindo definitivamente com o avanço da ciência em bioquímica, genética, clínica médica, obstetrícia, psicologia do desenvolvimento, entre outras. O psicodiagnóstico da deficiência mental invalidou sua concepção unitária apontando diferenças qualitativas, graus e áreas de comprometimento, intervenção e recuperação. Novas áreas clínicas foram surgindo, como a neurologia e psiquiatria que agruparam e estudaram as diversas condições de respostas fisiológicas do deficiente mental. Foram descobertas possibilidades de prevenção e aconselhamento genético para as deficiências. A pedagogia desenvolveu teorias educacionais capazes de desenvolver a inteligência e técnicas especiais de educação. A assistência social, a psicologia, a fisioterapia passaram a ampliar o

convívio com os deficientes mentais, propondo técnicas, eventos e movimentos de solidariedade.

### **1.1 Necessidades Educativas Especiais – um novo conceito**

Parece-nos que a emergência pela busca de espaços físicos específicos para os deficientes denota uma preocupação em separá-los do convívio social. Por outro lado, a elaboração de escalas para avaliação da inteligência, configura um importante ponto, o de distinguir entre os inteligentes dos não inteligentes, com isso identificando os “retardados”.

Embora houvesse uma preocupação com relação ao retardados mentais, sobretudo em atendimento especial a estas pessoas, é possível pontuar, que historicamente este período demarcou um modelo de atendimento segregativo, caracterizado pela retirada das crianças da turmas convencionais após várias experiências de insucesso escolar, retirando também dos demais segmentos sociais.

As décadas 40 e 50 demarcaram importantes acontecimentos neste setor. O primeiro deles refere-se ao aumento do número de classes especiais do Ministério da Educação e também de instituições especiais. A implementação destas classes surgiram com a influência de pais e familiares de crianças inadaptadas. Que por sua vez também começaram a questionar a origem constitucional e incurabilidade do distúrbio, o que favoreceu na esfera da deficiência uma abordagem ambientalista.

Nos anos 60 iniciou-se uma nova preocupação, traduzida pela necessidade de aumentar o número de pessoal especializado, com a capacidade de interpretar os atrasos e os insucessos escolares segundo uma vertente médico-pedagógica. Esta

vertente caracteriza-se pela elaboração de um diagnóstico e de tratamentos centrados no indivíduo.

Os anos 70 e seguintes surgiram à necessidade de rever novas tentativas de identificação das práticas concretas, que evidenciariam a preocupação com um trabalho de prevenção das deficiências e a integração das crianças deficientes nas estruturas escolares regulares.

A deficiência passa a ser caracterizada de uma nova forma sob a perspectiva educacional. Este enfoque preventivo oportunizou um olhar diferenciado sobre a própria deficiência e uma reorganização nos esquemas vigentes na concepção de educação especial.

Com isso surgiu uma nova terminologia, de acordo com COLL et al. (1995), a terminologia “necessidades educacionais especiais” refere-se ao aluno que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para com os colegas de sua idade.

Partindo da premissa de que todos os alunos precisam, ao longo de sua escolaridade, de diversas ajudas pedagógicas, técnicas, materiais e humanas, com o objetivo de assegurar os fins da educação, as necessidades educativas especiais são previstas para alunos que possam necessitar de outros tipos de ajudas menos usuais. Entende-se que um aluno com necessidades educativas especiais é uma forma de dizer que ele precisa usufruir de determinados serviços ou ajudas pedagógicas.

Esta mudança de enfoque repercutiu sobre os alunos com necessidades educacionais mais permanentes, por outro lado, focalizou o olhar sobre as inúmeras

dificuldades de aprendizagem que afetam um número muito maior de alunos. Tal conceito abrangeu os atrasos de aprendizagem, a lentidão na compreensão da leitura, os problemas de linguagem, os distúrbios emocionais e de conduta, entre outras características. Embora tais fatores demarquem diferentes situações, elas possuem um traço em comum, pois se origina no processo ensino-aprendizagem, ou seja, na instituição escolar. Neste sentido, o conceito de necessidades educacionais especiais abrange desde uma dificuldade de aprendizagem até maiores recursos educacionais para atender a essas necessidades e evitar tais dificuldades.

Os recursos educacionais referem-se ao maior número de professores ou especialistas, a ampliação do material didático e a revisão de barreiras arquitetônicas e adequações de edifícios.

Conforme COLL (1995 p. 21):

Refere-se a outro conjunto de recursos que também são fundamentais: preparo e competência profissional dos professores, capacidade de elaborar um projeto de educação, de realizar adaptações curriculares e de adequar o sistema de avaliação; apoio psicopedagógico e materiais adaptados, facilidade para elaboração de novas formas de organização escolar e para utilizar novas metodologias.

Portanto as manifestações de dificuldades de aprendizagem na escola apresentam desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no decorrer do ensino até situações mais graves, que requerem o uso de ferramentas adequadas para sua solução. Para atender a esta gama de dificuldades, necessita-se de uma flexibilidade curricular, passível de ampliação, com respostas adequadas a todos os educandos.

Em todas as instituições escolares, o projeto, organização e prática pedagógica deve respeitar a diversidade dos alunos, e exigir a diferenciação nos atos pedagógicos que contemplam as necessidades educacionais de todos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) enfatizam a necessidade de adaptação curricular tendo em vista não "o que de especial possa ter a educação dos alunos, mais flexibilizar a prática educacional para atender a todos e propiciar seu progresso em função de suas possibilidades e diferenças individuais".

É importante considerar que a conjunção sobre a terminologia Necessidades Educativas Especiais denota a necessidade de se retomar e precisar de modo mais coerente o conceito. Porém esta terminologia permitiu colocar a ênfase na possibilidade da escola, de oportunizar a implantação de uma reforma educacional para se adequar a esta reavaliação e mostrar com maior clareza a integração escolar.

## **1.2 O Deficiente no Brasil**

Com a implantação e expansão da rede pública no decorrer do século XX, a necessidade de especialização vai se tornando presente em nosso país, com o objetivo de solucionar os desafios que vem surgindo com a ampliação e diversificação da população.

A abrangência do desenvolvimento industrial e a influência de fatores sócio-econômicos faz com que a Educação Especial no Brasil tome outros rumos mais especializados. Outros fatores que também contribuíram para este novo rumo foram à atuação do modelo médico, cujo enfoque situa-se não apenas em uma patologia em si, mas principalmente no diagnóstico. E posteriormente, surge uma tendência

psicopedagógica, que se evidenciou como uma forte tendência na mensuração da inteligência, culminando também na busca de adequação de procedimentos para a educação dos deficientes mentais.

A década de 80 demarcou o Brasil a aproximação da psicologia com o enfoque histórico-cultural. Esta se trata do desenvolvimento das estruturas psíquicas que ocorrem dentro das possibilidades oferecidas pelas condições sócio-culturais. Deste modo, o surgimento e desenvolvimento dos processos psíquicos, que caracterizam o ser humano, emergem no plano das relações sociais e passam por transformações contínuas na constituição social do sujeito.

Com esta trajetória da educação especial no Brasil, surgem novas perspectivas de ações que foram valorizadas no decorrer dos anos. Uma das perspectiva focalizou seu conhecimento na prevenção.

O termo prevenção, que significa “vir antes” ou “preceder”, exige em relação à saúde uma ação antecipada, a fim de evitar o posterior progresso da doença.

Segundo dados do Boletim de Educação Especial (1995), existem três dimensões da prevenção, a saber:

- Prevenção primária

Melhoria das condições biopsicossociais dos indivíduos, assistência pré-natal, vacinação, aconselhamento genético, estimulação ao aleitamento materno, vigilância ao crescimento físico e psicossocial da criança e ênfase na divulgação das possíveis causas das deficiências.

- Prevenção secundária

Assistência Perinatal – medidas energéticas e imediatas com bebês de alto risco e elaboração de programas de estimulação essencial.

- Prevenção terciária

Organização de Serviços de Estimulação Essencial para atender a criança com necessidades educativas especiais. (1995, s.p.).

No Brasil, a quase ausência de uma política nacional voltada para a prevenção primária, secundária e terciária reflete-se em esforços descontínuos e isolados, denunciando ações mais efetivas.

Estas ações estão interligadas a serviços como: saneamento do meio-ambiente, controle de infecções na comunidade, maior mobilização de serviços médicos e educacionais para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo de doenças e a manutenção de programas de reabilitação quanto à invalidez ou deficiências que já foram diagnosticadas.

MACHADO (1995, p. 19), situa que, em nosso país, precisamos ter programas de prevenção, “a fim de minimizarem as possibilidades de ocorrer uma deficiência ou ainda de diminuir a vulnerabilidade dos fatores de risco, bem como facilitar o desenvolvimento das pessoas com necessidades educativas especiais”.

Com isso, a prevenção deverá constituir a primeira providência a ser tomada para evitar a deficiência, pois além de ser uma medida eficiente e definitiva que garante a saúde do indivíduo e seu desenvolvimento normal, é uma atitude de menor custo comparado a valores que são dispensados a familiares para exames e diagnósticos, tratamento de saúde e a manutenção de programas para atender ao portador de deficiência.

Medidas preventivas em torno das deficiências vão além da área da saúde e educação, dependem de iniciativas sociais e políticas, como mudanças de valores e a reflexão de dirigentes para uma consciência social de uma nação.

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), no mundo inteiro, os problemas das crianças com necessidades educativas especiais são, em parte, o resultado da ignorância, superstição e medo. Em países em

desenvolvimento, estes problemas estão combinados com as inevitáveis limitações que acompanham a pobreza e o subdesenvolvimento. No Brasil, a escassez de prevenção primária, a miséria e a ignorância associadas a um desenvolvimento acelerado dos grandes centros, levam-nos a conviver com a fome, a desnutrição e a deficiência. A situação econômica familiar (baixo nível de escolaridade, subemprego, baixíssima renda mensal), são variáveis que, acumuladas, tornam-se significativas enquanto fatores etiológicos resultantes da deficiências, fato que sugere uma relação bastante estreita entre deficiências e desprivilégio social.

Em síntese, a compreensão de que para prevenir uma deficiência não basta apenas vacinas, mas no sentido mais amplo, deverá atender outras estratégias mais elaboradas, entende-se que os conhecimentos adquiridos pela ciência deverão se tornar mais acessíveis, compreendidos e utilizados pela comunidade.

Deficiência é a experiência da exclusão sofrida por aqueles que apresentam capacidades consideradas desvantajosas para uma determinada sociedade. A deficiência é resultado da relação da pessoa com a sociedade. Quanto mais incapaz for o arranjo social para prever a diversidade, mais severa será a experiência da deficiência.

Este conceito relacionai faz pensar que é possível uma pessoa experimentar a deficiência em uma sociedade e não em outra. Isso nos mostra o porquê de qualificar esses arranjos como “necessidades especiais”, pouco contribui para enfrentar o problema. O aumento da expectativa de vida da população fará da deficiência uma experiência cada vez mais comum no Brasil. As limitações de capacidades, especialmente as mais corriqueiras, como dificuldade de caminhar, subir escadas ou enxergar, para as quais pequenos ajustes arquitetônicos ou estéticos são suficientes, não serão mais exigência de 14,5% da população; mas de todos que esperam usufruir os anos conquistados pela civilização.

### 1.3 Conceito de Excepcionalidade

Para a maioria dos autores, o excepcional é o indivíduo que do ponto de vista intelectual, físico, social ou emocional, difere dos padrões de normalidade, necessitando de uma classe especial, escola especial ou serviços especiais para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Segundo ALVIM (1971, p. 85),

Excepcional é um termo usado para identificar crianças, adolescentes e adultos que se desviam acentuadamente para cima ou para baixo da norma do seu grupo em relação a uma ou várias características, mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação destas, de forma a criar um problema especial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

KIRK (1974, p. 15) define ainda que:

Mentalmente retardada pode ser uma criança que não progride normalmente na escola, mas ao mesmo tempo, apresenta algum progresso e é capaz de se conduzir no mundo sem ajuda especial. Outra criança, referida como retardada, pode ser um incapaz toda a vida. O termo criança "excepcional" abrange, portanto, todas essas crianças, sempre que a incapacidade ou o desajustamento específico sejam menos significativos do que de fato da incapacidade ou do desajustamento.

Ainda segundo KIRK, o termo deficiente mental ou criança excepcional, aplica-se tanto às crianças superdotadas quanto às prejudicadas por inteligência. Entende-se criança excepcional aquela que por características físicas, mentais ou sociais distancia da média a ponto de necessitar alterações nos serviços da comunidade para que possa desenvolver ao máximo seu potencial.

## 2. DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

### 2.1 Definição

Considera-se excepcional a criança, o adolescente ou o adulto que se desvie acentuadamente da média, pelas suas características físicas, mentais ou sociais, exigindo, conforme o caso, modificações ou adaptações nos programas de educação, formação profissional e de previdência, notadamente nos setores de trabalho e da vida civil.

Segundo FONSECA (1987 p. 27):

*A definição da "criança deficiente" aceita internacionalmente, é a seguinte: A criança deficiente é a criança que se desvia da média ou da criança normal em: (1) características mentais; (2) aptidões sensoriais; (3) características neuromusculares e corporais; (4) comportamento emocional e social; (5) aptidões de comunicação e (6) múltiplas deficiências; até a ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo suas capacidades, as quais exigem, conforme o caso, modificação ou adaptações nos programas de educação, formação profissional ou de previdência, notadamente nos setores de trabalho e da vida civil.*

## **2.2 Causas da Deficiência Mental**

Nas últimas décadas, houve uma evolução surpreendente na neurociência, genética e bioquímica, no entanto, o progresso que mais nos interessa para a compreensão das causas físicas do retardamento mental ocorreu no campo da genética e bioquímica.

Segundo estudos feitos, nove disposições principais foram identificadas pela Associação Americana de Deficiência Mental como agentes causadoras da deficiência mental (GROSSMAN, 1977):

- 1) Infecção e intoxicação
- 2) Trauma ou agente físico
- 3) Metabolismo ou nutrição
- 4) Doença cerebral grave
- 5) Influência pré-natal desconhecida
- 6) Anormalidade cromossômica

- 7) Distúrbio de gestação
- 8) Retardo decorrente de distúrbios psiquiátricos
- 9) Influências ambientais.

## 2.3 Caracterização

### 2.3.1 Deficiência Mental

Refere-se ao funcionamento intelectual inferior ao termo médio, que se origina no período de desenvolvimento e está associado a uma deterioração do comportamento adaptativo.

A AAMR (Associação Americana de Deficiência Mental) em 1992 define que:

A deficiência mental refere-se a um estado de funcionamento atípico no seio da comunidade, manifestando-se logo na infância, em que as limitações do funcionamento intelectual (inteligência) coexistem com as limitações no comportamento adaptativo. Para qualquer pessoa com deficiência mental, a descrição deste estado de funcionamento exige o conhecimento das suas capacidades e uma compreensão da estrutura e expectativas do meio social e pessoal do indivíduo. (KUCKASSON et al, 1992, citado em CORREIA, 1997, p. 54-55).

A deficiência não é simplesmente a consequência da incapacidade. É também em parte uma situação imposta pela sociedade.

Deficiente é o indivíduo cujas características físicas, mentais, emocionais ou sociais apresentam um desvio da normalidade, em determinado grau, requerendo, desta forma, serviços especiais para desenvolver ao máximo as suas capacidades.

As diferenças entre as pessoas “ditas normais” é uma questão de comparação. As necessidades dos indivíduos deficientes são as mesmas de todos os indivíduos “ditos normais”. O deficiente é apenas um ser limitado pelas suas condições em que se encontra temporária ou permanente.

Conforme o DSM – IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), descreve por:

Deficiência mental entende-se o estado de redução notável do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. (DSM – IV, 1995, p. 361).

O enfoque de três passos descritos busca proporcionar uma avaliação detalhada do indivíduo e dos apoios de que ele necessita. Com isso, pode-se direcionar o tratamento e o planejamento dos serviços que levem em consideração todos os aspectos da pessoa. A partir do ponto de vista do indivíduo, tem-se uma descrição mais apropriada das mudanças necessárias ao longo do tempo, levando em conta as respostas individuais para o desenvolvimento pessoal, para as mudanças ambientais, para as atividades educacionais e as intervenções terapêuticas.

Os apoios são definidos conforme a intensidade:

- Intermitente – apoio quando necessário, se caracteriza por sua natureza episódica. Requer apoio durante momentos de transição em determinados ciclos da vida.
- Limitado – apoios intensivos caracterizados por sua duração, por tempo limitado, mas não intermitente.
- Extenso – apoios caracterizados por sua regularidade, pelo menos em algumas áreas, e sem limitação temporal.
- Generalizado – apoios caracterizados por sua constância e elevada intensidade, proporcionados em diferentes áreas, para proporcionar a vida. (DSM – IV, 1995, p. 361).

O deficiente mental é o indivíduo que apresenta desempenho intelectual abaixo da média, que coexistem com falhas no comportamento adaptativo e se manifesta durante o período de desenvolvimento, a ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais no sentido de desenvolver ao máximo as suas potencialidades.

São inúmeras as causas e fatores de risco - pré-natais, perinatos e pós-natais, que podem levar à instalação da deficiência mental.

É importante ressaltar, que muitas vezes, mesmo utilizando sofisticados recursos diagnósticos, não se chega a definir com clareza a etiologia (causa) da deficiência mental.

Sempre que possível o diagnóstico da deficiência mental, deve ser feito por uma equipe multiprofissional, composta de pelo menos um assistente social, um médico e um psicólogo.

Numerosos fatores emocionais, alterações de certas atividades nervosas superiores, como retardo específico da linguagem ou dislexia, psicoses ou baixo nível sócio-econômico ou cultural, podem estar na base da impossibilidade do ajustamento social adaptativo adequado, sem que haja necessariamente deficiência mental.

O portador de deficiência mental caracteriza-se por:

- a) lento grau de maturidade;
- b) capacidade reduzida de aprendizagem.

Uma das classificações no campo educacional é a de Kirk, citado por FONSECA (1987, p. 36), constituindo o seguinte quadro:

	QI
Deficiência Mental Dependente	< 25-30
Deficiência Mental Treinável	30-35—50-54
Deficiência Mental Educável	50-55—75-79
Dificuldades de Aprendizagem	80-90

### 2.3.1.1 Deficientes Mentais Dependentes

Caracterizam-se por retardo mental profundo, tornando-os dependentes da ajuda alheia, em termos de necessidades associadas à própria sobrevivência.

Possuem ausência quase total de linguagem, incapacidade de adquirir hábitos de cuidados pessoais, precisando de assistência, são incapazes de defender-se dos perigos e de alcançar ajustamento social.

Essas crianças têm sua deficiência reconhecida desde os primeiros meses de vida pela acentuada falta de resposta aos estímulos do meio ambiente.

Sua idade mental na fase adulta pode atingir cerca de 3 anos.

Seu atendimento poderá ser feito em clínicas e escolas especiais, próprias para a deficiência mental profunda.

#### 2.3.1.2 Deficientes Mentais Treináveis

São aqueles que têm capacidade de se defender dos perigos, de adquirir hábitos de higiene pessoal, e realizar pequenos trabalhos caseiros, podendo chegar a um ajustamento satisfatório à família, aprendendo a repartir, respeitar os direitos de propriedade, até mesmo aprendendo a cooperar.

Na maioria dos casos, seu retardo é identificado desde os primeiros anos de vida, pois é significativo o seu atraso no andar e falar.

Têm limitações na aprendizagem da leitura, escrita e aritmética. Necessitam de certos cuidados, supervisão e ajuda durante toda vida. Quando adultos, sua idade mental aproxima-se de 4 a 8 anos.

Seu atendimento deverá ser feito em escolas especiais e oficinas protegidas.

#### 2.3.1.3 Deficientes Mentais Educáveis

São aqueles que, embora possuindo grau de inteligência significativamente abaixo da média, podem ser alfabetizadas segundo programa curricular adaptado às suas condições pessoais, podendo alcançar ajustamento social e ocupacional e, na idade adulta, independência econômica parcial ou total.

É capaz de se desenvolver em três áreas:

- Educabilidade em assuntos acadêmicos a nível primário e avançado dos graus elementares.

- Educabilidade em adaptação social até o ponto em que puder progredir independentemente da comunidade.
- Adequação ocupacional a ponto de poder se sustentar parcial ou totalmente quando adulto.

A princípio, o deficiente mental educável pode ser identificado pela escola, na época em que a capacidade de aprendizagem torna-se uma parte das expectativas sociais.

Para CRUICKSHANK e JOHNSON (1979 p. 23):

As crianças retardadas mentais educáveis são normais ou estão dentro dos limites de variação, na maioria das áreas dado seu desenvolvimento. Seu desvio primário está na área do crescimento intelectual em que o desenvolvimento é significativamente retardado. À parte, este único desvio e o impacto que pode ter sobre o crescimento e desenvolvimento em aspectos onde a inteligência desempenha um papel significativo, as crianças deficientes mentais educáveis se parecem, reagem e crescem essencialmente da mesma forma e, aproximadamente, no mesmo ritmo que seus companheiros normais.

#### Características físicas:

- Em estatura, peso e coordenação motora, a maioria das crianças deficientes mentais educáveis apresentam um desenvolvimento próximo da criança normal;
- Poucas das crianças deficientes mentais educáveis são fisicamente inferiores às crianças normais, devido ao fato de que um pequeno número dessas crianças possuem causas orgânicas para o seu retardo;
- A criança deficiente mental educável apresenta propensão a ter dificuldades na visão e na audição;
- A maioria dessas crianças com retardo mental provêm de famílias sócio-culturais inferiores às condições sanitárias e dão pouca atenção aos problemas de saúde.

### Características intelectuais:

- As crianças deficientes mentais educáveis apresentam desenvolvimento pobre nos testes verbais e não verbais de inteligência, sua taxa de desenvolvimento mental aproxima-se à metade ou  $\frac{3}{4}$  em relação ao desenvolvimento normal.
- O retardo do desenvolvimento mental pode incluir lentidão ou atraso na maturação das funções intelectuais específicas necessárias para o trabalho escolar, isto é, déficit no desenvolvimento da memória visual, habilidades de generalização dos conhecimentos, habilidades de linguagem, habilidades conceituais e perceptuais, criatividade e imaginação e em outras funções consideradas como basicamente intelectuais.

Se a criança apresenta uma discrepância acentuada nessas habilidades ou habilidades, o diagnóstico do retardo mental geral deve ser questionado e melhor pesquisado.

### Características acadêmicas:

- A criança deficiente mental educável não apresenta prontidão para a leitura, escrita ortográfica e aritmética, quando de seu ingresso na escola com idade de 7 anos, a menos que ela possua uma habilidade especial. Essas crianças não adquirem essas habilidades até mais ou menos 8 anos ou mesmo até os 11 anos. Esse atraso na aprendizagem está relacionado com a idade mental e não com a idade cronológica.
- O índice de progresso dessas crianças é comparável com seu índice de desenvolvimento mental, isto é, metade ou  $\frac{3}{4}$  do índice de aprendizagem da criança normal.

- Ao término de sua carreira escolar formal, suas aquisições acadêmicas estarão, possivelmente, ao nível de 2ª à 4ª série, dependendo, é claro, de sua maturação mental e/ou habilidades especiais.

#### Características pessoais e sociais:

Não existe nenhum traço social básico que diferencie a criança deficiente mental educável da criança normal.

- O período curto de atenção ou a dificuldade de concentração e participação da criança deficiente mental educável em classes regulares é freqüentemente causada pela expectativa em que ela responda ou aprenda como outras crianças. Que ela aprenda conteúdos que não possa assimilar ou entender em uma situação de classe regular. Essa característica prevalece quando o deficiente mental educável freqüenta classe regular e tende a desaparecer quando conteúdos e métodos são adaptados às suas dificuldades e habilidades.
- Baixa tolerância e frustração é outra característica atribuída ao educando deficiente mental educável. Seu nível de tolerância e frustração pode ser ajustado quando for modificado seu meio ambiente, evitando experiências frustrantes e substituindo-as por outras positivas.
- Valores e atitudes sociais geralmente correspondem àquelas desenvolvidas no lar e na comunidade, e são típicas da cultura na qual a criança é educada.
- Os interesses da criança deficiente mental educável correspondem mais aos interesses das crianças de sua idade cronológica.
- As crianças deficientes mentais educáveis apresentam maiores possibilidades de manifestarem problemas de conduta e uma leve

delinqüência, que a criança normal não possui. Isso se deve particularmente ao ambiente de onde provém à maioria destas crianças.

É importante que o ambiente familiar e escolar se encaminhem conforme as reais capacidades de aprendizagem e conduta destas crianças. Isso se constitui uma das razões da educação especial.

#### Características ocupacionais:

- O deficiente mental educável, quando adulto pode aprender e desempenhar um trabalho não especializado ou semi-especializado.
- Algumas falhas ou fracassos nas tarefas ocupacionais não especializadas está geralmente relacionadas às características pessoais, sociais ou interpessoais e não na inabilidade para a execução da tarefa especializada.
- Pesquisas mostram que aproximadamente 80% dos deficientes mentais educáveis se adaptam a ocupações não especializadas ou semi-especializadas e parcial ou totalmente se sustentam com essas ocupações.

## **2.4 Inclusão**

A inclusão social constitui, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas e decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Buscando colocar em prática um dos direitos humanos que não se pode tirar, a igualdade de oportunidade para todos, isto é, portadores de necessidades educativas especiais ou não devem ter garantidos todos os seus direitos.

Nos nossos dias o direito de ser diferente, é também visto como um direito humano, que passa naturalmente pela análise crítica dos critérios sociais que impõem a reprodução e a preservação de uma sociedade (e de uma escola)

baseada na lógica da homogeneidade e em normas de rentabilidade e eficácia, que tendem facilmente a marginalizar e segregar quem acompanha as exigências e os ritmos sofisticados.

O desafio da Inclusão está em garantir a todos a igualdade de oportunidades sociais e educacionais. As apostas e expectativas são positivas, pois devem acentuar a originalidade, a variedade e a heterogeneidade da pessoa humana, elevando ao máximo possível seu potencial intra-individual e promovendo, conseqüentemente, a integração social de todos os cidadãos sem exceção.

Relacionando o processo inclusivo à instituição escola, podemos definir que ela será inclusiva quando procurar educar todos os alunos em salas de aula regulares, isto significa permitir a educação e a freqüência de todos os alunos na escola regular, bem como oferecer a todos condições adequadas para desenvolverem suas habilidades.

O primeiro passo para a escola ser inclusiva é o reconhecimento e a aceitação das diferenças individuais, pois as necessidades educativas especiais pressupõem outras estratégias de ensino-aprendizagem que não as usadas rotineiramente com a maioria dos alunos.

Com o objetivo de favorecer esse desenvolvimento, a escola precisa caracterizar uma linha filosófica que valorize a pessoa deficiente e os alunos com necessidades educacionais especiais, como ser humano dotado de sentimentos, desejos, elaborações mentais, sua necessidade deve ser vista como mais uma característica e não como a única possível de sua individualidade, também deve adaptar seu currículo, priorizando sempre o aluno, visto que a inclusão só se consolida no momento em que as crianças e os adolescentes se formam como cidadãos, com suas competências cognitivas devidamente desenvolvidas, tanto no campo da leitura, quanto no da matemática, das ciências humanas e exatas.

A inclusão é algo novo, que suscita mudança, e como tudo o que é novo, traz consigo dúvidas e incertezas, e gera desconforto em muitas pessoas. Para que se possa aceitar uma mudança, é preciso que, além de compreender o que é proposto, faça-se um esforço para colocar em prática. Todas as novas propostas são difíceis de compreender e aceitar de imediato, mas é somente através da informação, do estudo e da experiência, que podemos ter certezas.

Existem vários depoimentos de experiências que deram certo, relatados nos Anais do II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, porque algumas pessoas ousaram, experimentaram, errando, também, mas tentando acertar e buscando sempre novas alternativas. E é assim que se faz a inclusão: ousando, buscando novas alternativas, modificando o que temos hoje de segregacionista para um futuro — inclusivista, onde todos possam receber uma educação de qualidade, participando dos mesmos grupos, das mesmas atividades, das mesmas descobertas.

Trabalhar com a diferença, sim, pois ela está aí e não pode ser negada nem modificada, e por isso mesmo, a valorização e o respeito à individualidade de cada um no grupo.

Incluir significa tornar o meio "o mais favorável possível", e não "o menos restritivo possível", como se pregava com a integração. No processo de integração, as pessoas é que deveriam se adaptar ao meio. A inclusão nos mostra que há necessidade de que a sociedade se prepare para lidar com todas as pessoas, com suas diferenças e semelhanças. E assim é com a escola: ela deve estar preparada para todos os alunos, sejam eles pessoas com ou sem deficiências.

Educação Inclusiva exige o atendimento de Necessidades Educativas Especiais, não apenas dos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade, de forma interativa - escola e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades educativas especiais saiam da exclusão e participem de classes comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança.

A Legislação tem sinalizado caminhos, facilitando a execução da prática, mas isto não significa que tem assegurado o seu sucesso. A escola precisa estar mobilizada para trabalhar e dar respostas à diversidade. Isto requer aceitação, valorização e compromisso.

O seu projeto pedagógico deve incorporar a diversidade como eixo central da tomada de decisões, atender a todos alunos da comunidade, otimizar espaços e

recursos. O seu currículo deve ser amplo, flexível e aberto, abrangendo os aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

## **2.5 Propósitos e Objetivos da Educação Inclusiva para o Deficiente Mental Educável**

Deficiência mental não é doença mental, uma pessoa deficiente mental é, antes de tudo, um ser humano que requer, respeito, atenção, carinho e tratamento especial.

O deficiente mental apresenta limitação em processos de transferência ou generalizações de certas situações e tarefas e outras limitações no próprio processo de aprendizagem.

Muitas crianças que apresentam deficiências ou dificuldades de aprendizagem apresentam a mesma ordem e seqüencialidade evolutivas que o desenvolvimento das crianças sem problemas, apresentando, entretanto, uma lentidão em seu ritmo de evolução.

Em termos educacionais, é oferecido ao deficiente mental, de acordo com seu nível de desenvolvimento, as seguintes modalidades:

- Sala de recurso – inserida na rede regular de ensino
- Classe Especial
- Centro de Atendimento Especializado – (profissionalizante)
- Escolas Especiais.

Ao professor de um deficiente mental é recomendado vivenciar experiências variadas e expressar-se de diferentes tipos de linguagem e com diversidades de materiais pedagógicos como estímulo. Deve-se evitar comparações entre outras crianças para não ocorrer baixa auto-estima e complexo de inferioridade. O

professor deve ensinar e respeitar o ritmo individual de cada aluno, respeitando as diferenças e as capacidades de produção.

Deve-se permitir ao deficiente mental observar, experimentar, tentar, agir, aprender no seu próprio ritmo, sem nunca ser excluído de alguma atividade, sendo estimulado a desenvolver seu potencial dentro do seu limite psicológico e motor.

Incluir o portador de deficiência mental em atividades, a nível escolar ou a nível social, é uma questão de respeito às diferenças para a garantia da “Educação para todos”, sem preconceitos.

O nível de desenvolvimento a ser alcançado pelo indivíduo irá depender não só do grau de comportamento da deficiência mental, mas também da sua história de vida, particularmente, do apoio familiar e das oportunidades vivificadas.

Ao organizar um programa educacional para o deficiente mental educável, a primeira tarefa é determinar ou estabelecer os objetivos básicos.

Atualmente, esses objetivos não diferem dos objetivos gerais da educação do ensino regular:

- Auto realização;
- Bons mecanismos de socialização;
- Eficiência econômica (competência econômica);
- Responsabilidade civil.

Esses princípios se aplicam tanto ao educando deficiente mental educável quanto a criança normal.

A principal diferença quanto à aplicação desses princípios à criança normal e deficiente mental educável é a inclusão de objetivos mais específicos para alcançar os objetivos gerais, isso devido a limitações próprias do deficiente mental educável.

KIRK e JONSON (1974, p. 63) listaram os objetivos ou finalidades de um programa para deficientes mentais educáveis:

- Os deficientes mentais educáveis devem ser educados visando um desenvolvimento integral com seus semelhantes, devendo desenvolver competência social através de numerosas experiências sociais.
- Devem aprender a participar no trabalho, com o objetivo de obter uma auto-sustentação: eles devem desenvolver uma atividade ocupacional através da orientação educacional e treinamento como uma parte de sua experiência escolar.
- Devem desenvolver segurança emocional e independência na escola e no lar, através de um programa adequado de higiene mental.
- Eles devem desenvolver hábitos e atitudes através de um programa de educação para a saúde.
- Os deficientes mentais educáveis devem aprender o mínimo essencial de conteúdos acadêmicos.
- Devem aprender a ocupar suas horas vagas com atividades de lazer saudáveis, através de um programa que os ensine atividades recreativas e de lazer.
- Devem aprender a tornar-se membros ativos e efetivos em suas famílias e seus lares, através de um programa educacional que enfatize a função e o papel de cada membro da família.
- Devem aprender a tornar-se membros efetivos na comunidade, através de um programa escolar que enfatize a participação comunitária. Esse programa educacional deve enfatizar o

desenvolvimento de: competência social, adequação pessoal, competência ocupacional.

## CAPÍTULO II - O BRINQUEDO E O JOGO: SUA IMPORTÂNCIA

### 1. REVISÃO HISTÓRICA

Desde os primórdios, existe a necessidade de o homem se divertir.

Afonso X, que reinou de 1.252 a 1.284, escreveu o "Livro de jogos", cujo objetivo era tornar conhecidos os mais notáveis e fascinantes jogos que o homem inventou em épocas diferentes, desde os jogos tradicionais dos esquimós e de tribos africanas, até jogos com os quais milhões de pessoas se divertem no mundo inteiro atualmente, predominando a eternidade do espírito lúdico.

Constatou-se que o jogo e os brinquedos são um patrimônio cultural de toda a humanidade, sem fronteiras culturais ou políticas.

Os jogos por terem pontos comuns, são considerados como uma criação coletiva dos homens em épocas diferentes. Na sua origem, ligavam-se intimamente a práticas religiosas. Hoje, muitos jogos que são simples divertimento infantil, são reminiscências de rituais mágicos e religiosos, tão antigos quanto a criação humana. A amarelinha, por exemplo, que é uma brincadeira tradicional infantil no mundo, relaciona-se aos mitos antigos dos labirintos e jornadas que faziam espíritos da terra ao céu após a morte.

Jogos e brinquedos sempre foram instrumentos de ensino-aprendizagem, utilizados também como linguagem para a transmissão das conquistas da sociedade em todos os conhecimentos, pois ao ensinar um jogo, as pessoas transmitem conhecimentos que formam o patrimônio cultural. Antes de existir a didática, os jogos já eram educativos. Eles podem ser considerados mostradores da sociedade e da cultura, pois muitos jogos representam os principais aspectos de uma sociedade.

Os jogos e brinquedos não são apenas manifestações da vida social de um povo, são mais vivos e dinâmicos, nasceram com o homem e vão acompanhá-lo sempre, mesmo com as transformações de vida que ocorreram. Transformam-se não apenas em uma conquista, mas em uma preocupação para torná-los mais ricos e criativos, pois uma das principais bases da civilização é a razão do desenvolvimento harmonioso do corpo, da inteligência e da atividade.

### **1.1 A Educação e o Brinquedo Educativo**

Dentro de cada brinquedo está inserida uma relação educativa, e a criança quando brinca, brinca e aprende a se expressar no mundo, criando e recriando, participando de novas experiências e recreações, descobrindo novas sensações.

O brinquedo educativo chama para si a competência pedagógica e através dele ensina-se brincando.

### **1.2 Métodos de Ensino**

Estão presentes no brinquedo educativo dois tipos de orientações. Uma tem a função de despertar a consciência latente na criança e a outra, de levar a criança a adquirir uma consciência de si mesma.

Segundo FROEBEL, citado por LEIF (1978, p. 104), o amor instintivo e indomável da criança pelo brinquedo, é uma das contribuições da natureza para uma base sólida do desenvolvimento do caráter. Uma vida infantil privada de brincadeiras conduz a uma existência deplorável de possibilidades limitadas e recalçadas. Se deixarmos que ela experimente seu pequeno mundo, vamos observar os processos do desabrochar da mente infantil durante a recreação.

Através das brincadeiras, a criança pode ser treinada para regulamentar com harmonia a sua própria conduta com as regras da sociedade humana.

Dra. BUHLER, citada por LEIF (1978, p. 107) psicóloga infantil, divide os brinquedos em três grupos: primeiro, o destinado ao movimento e à manutenção motora a fim de estimular o desenvolvimento muscular. Segundo, os apropriados à recreação criadora e construtiva. Terceiro, o brinquedo que dá margem à representação, ficção e imitação, habilitando a criança a entrar no mundo da fantasia.

Os métodos mais utilizados pela escola segundo LEIF (1978, p. 109) são:

**MONTESSORI:** é o mais conhecido, foi criado pela médica Maria Montessori, que ao trabalhar com crianças excepcionais aprimorou um sistema educacional baseado nos estímulos multissensoriais e experiências. O trabalho de aprendizagem é feito através dos sentidos visual e tátil, com cubos de madeiras e cores. Já o processo de associação é feito com letras e figuras e usa a percepção da criança.

**PIAGET:** é um dos métodos mais usado nas escolas, por ter uma teoria pedagógica mais adequada à realidade. Consiste em valorizar a percepção global, à parte psicomotora da criança e desenvolver ao máximo o raciocínio. A aprendizagem é feita pelo todo para chegar às partes. A valorização da parte psicomotora é feita através da orientação espacial.

**DEWEY:** é experimental ativo, tendo como objetivo ensinar através de experimentos, por exemplo, a criança traz uma planta e aprende tudo sobre ela.

### **1.3 A relação da criança com o Brinquedo**

O valor do brinquedo é decorrente da capacidade de instigar a imaginação infantil, e não de imitar gestos e informações veiculadas a ele. A simples imitação representa um sinal de conformismo.

Apesar da criança não poder participar do processo de criação dos brinquedos, ela tem a capacidade de recriá-los simbolicamente no desenvolvimento de suas brincadeiras.

O exercício da fantasia possibilita a libertação para realizar desejos. Cores, formas, movimentos, areia, sol, estrelas, animais, surgem na imaginação da criança para momentos de contemplação e admiração.

Os brinquedos permitem abrir um espaço onde a criança fuja da sociedade e do mundo em que vive, inserindo os mesmos para satisfazer as aspirações infantis.

#### **1.4 O Brinquedo**

O brinquedo se define como transmissor de métodos de conhecimento e habilidade. Simboliza uma mudança no lazer infantil, oferecendo um divertimento à criança.

Os objetos dão origem ao movimento, o movimento dá origem à energia e a energia impele o crescimento e o desenvolvimento.

Atualmente, o lúdico é explorado através da pedagogia. Assim, o brinquedo passa a ser visto mais seriamente, não sendo apenas um instrumento que as crianças utilizam para se divertir e passar o tempo, mas sim um objeto que possa educá-las e diverti-las simultaneamente.

#### **1.5 A importância dos Brinquedos, Jogos e Brincadeiras**

O brinquedo desempenha um papel importante no desenvolvimento total da criança. Através dele, a criança descarrega uma tensão, por isso, satisfaz exigências que passam a ser necessidades.

O brinquedo traz à criança verdadeira alegria e satisfação, assumindo um lugar cada vez mais importante nos meios em que a criança vive (em casa, na escola, nas ruas, nos jardins públicos...).

O brinquedo, quando bem escolhido, contribui para o desenvolvimento harmonioso das atividades mentais da criança, ao mesmo tempo em que lhe proporciona a alegria indispensável à expansão de sua atividade.

Através dos brinquedos, a criança aprende a conhecer a si própria, os outros e o mundo ao seu redor. A criança organiza suas brincadeiras, coopera com outras crianças em seus jogos e disso tudo resulta a aprendizagem.

Para KIRK (1974, p. 65):

O brinquedo desempenha papel importante no desenvolvimento total da criança, promovendo o crescimento físico, social, mental e emocional da criança.

O brinquedo é um objeto de transição para a cultura. O brinquedo não é sério, pois permite fluir todas as fantasias, e é justamente esse não ser sério que o torna importante, pois isso lhe traz seriedade. As crianças fazem do brinquedo uma ponte para o imaginário, e através dele, externam suas emoções.

Brincar traz enigmas, leituras profundas, ricas de significados semânticos, já que os significados óbvios e visíveis não contentam as crianças, que querem sonhar, explorar e sentir o mundo através do brinquedo.

Os brinquedos são utilizados para desenvolver e revelar a percepção e a coordenação motora, motivando e amadurecendo o conteúdo cognitivo. Na medida em que a criança vai crescendo, ela vai evoluindo no seu brincar e vai passando dos

brinquedos e jogos imaginativos para situações em que são apreciadas as regras. No entanto, não existe uma linha divisória entre os jogos imaginativos e os jogos com regras.

VYGOTSKY (1989, p. 86) discute muito a idéia de que as regras só aparecem quando estipuladas aprioristicamente: “sempre que há uma situação imaginária no brinquedo, há regras – não as previamente formuladas e que mudam durante o jogo, mas aquelas que têm sua origem na própria situação imaginária”.

Portanto, a noção de que uma criança pode se comportar sem regras diante de uma situação imaginária é incorreta. Se a criança está representando o papel de mãe, então ela obedece às regras de comportamento maternal. O papel que a criança representa e a relação dela com o objeto originar-se-ão sempre das regras.

Quando brinca, a criança modifica os hábitos e comportamentos usuais, mostrando-se mais e em maior grandeza.

"No brinquedo", diz VYGOTSKY (1989, p. 75),

É como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento. Apesar da relação brinquedo-desenvolvimento poder ser comparada à relação instrução-desenvolvimento, o brinquedo fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência.

Por essas razões, o brincar passa a ser um fator de conscientização de papéis sociais, inclusive os de estratificação, de poder e de normas. Pelo jogo, a criança mergulha num clima lúdico dentro do qual a realidade tem conteúdo e simbologia próprios dos jogadores-crianças. O brincar é, portanto uma atividade natural, espontânea e necessária para a criança, constituindo-se por isso, em peça importantíssima na sua formação. Seu papel transcende o mero controle de

habilidades. É muito abrangente. Sua importância é notável, já que através dessas atividades a criança constrói seu próprio mundo.

As funções dos jogos e dos brinquedos não se limitam ao mundo das emoções e da sensibilidade. Elas aparecem ativas também no domínio da inteligência, e cooperam em linhas decisivas, para a evolução do pensamento e de todas as configurações mentais superiores. Assumem também uma função social, e esse fato faz com que as atividades lúdicas extravasem sua importância para além do indivíduo.

A brincadeira de faz-de-conta – mágica por excelência – aparece com maior frequência entre os 2 e 4 anos e é considerada uma das fases mais marcantes da fantasia infantil. A criança, quando se envolve nessa brincadeira, assume papéis da vida adulta e isso proporciona que ela faça a mediação entre o real e o imaginário. Esse faz-de-conta distingue-se da imitação e constitui-se uma recriação das percepções da criança. Nesta perspectiva, devemos olhar o brinquedo como um fator de extrema relevância no desenvolvimento infantil.

### **1.6 O Brinquedo como fator de mudança e de aprendizagem**

A criança cresce: a criança gosta de se sentir crescida. Usando gravatas, sapatos, bolsas, a criança poderá (mesmo por pouco tempo) penetrar num mundo onde ela pode realizar essas coisas que seu pequeno tamanho a impede de fazer.

A criança chega à compreensão: a criança procura obter certos conhecimentos cotidianos, imitando seus pais, irmãos, amigos, etc...

A criança representa: através de brincadeiras a criança se transforma em qualquer coisa ou pessoa que deseja. Sua imaginação é despertada. É sua maneira de aprender sobre coisas e pessoas.

A criança revive situações: muitas vezes a criança revive uma experiência colocando-se na situação na qual ela interpreta o que viu e o que ouviu. Esta é a sua maneira de esclarecer o que viu, e ao mesmo tempo fortalecer seus conceitos e observações.

A criança libera emoções: o brincar oferece à criança a oportunidade de expressar raiva, antipatia, desacordo e insegurança durante a brincadeira.

Materiais tais como: bonecas, massas, luvas de boxe permitem às crianças exprimir seus sentimentos através da brincadeira.

A criança aprende conceitos: os brinquedos dão à criança conhecimento de tamanho, forma e cor.

A criança demonstra interesse: a maioria das brincadeiras das crianças demonstra aquilo que elas mais gostam e pelo que elas se interessam.

A criança pode brincar sozinha: todas as pessoas têm a necessidade de estar a sós de vez em quando, a criança também sente necessidade disso. Deve sempre haver brinquedos que lhe proporcione uma oportunidade de brincar sozinha.

A criança adere ao mundo social: o brinquedo ajuda a criança a compartilhar do mundo dos seus companheiros. As crianças aprendem umas com as outras, sendo também corrigidas umas pelas outras.

## **1.7 O Direito de Brincar**

O brincar é um direito da criança, e este direito é reconhecido em declarações, convenções e leis, como nos mostram a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1.989, adotada pela Assembléia das Nações Unidas, a Constituição Brasileira de 1.988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1.990. Todas são

conquistas importantes que colocam o brincar como prioridade, sendo direito da criança e dever do Estado, da família e da sociedade.

Essa é uma questão legal e aceita por todos. Dificilmente alguém questiona tal direito, mas sabe-se, por outro lado, que ele não está sendo cumprido. E a razão desse não brincar se manifesta de diversas formas. Muitas crianças perdem o direito de brincar nos primeiros anos de sua infância, por deficiência física ou mental, ou por estarem hospitalizadas, e há outras ainda, que trabalham para ajudar os pais no sustento da família.

A ausência do brinquedo, entretanto, não as impede de brincar, pois elas usam a imaginação. Contudo, sabemos que o brinquedo é um suporte material que facilita o ato de brincar. Não se pode esquecer, no entanto, que também as crianças das classes média e alta, muitas vezes são tolhidas em seu direito de brincar, pois seus pais as matriculam em diversos cursos (natação, dança, ginástica, música, judô), como se isso fosse o melhor para elas, levando-as, em alguns casos, ao estresse infantil, causado pelo cansaço físico e pela ansiedade.

É necessário considerar sempre o brincar como um ato de grande importância, que oportuniza a criança a escolha entre os múltiplos tipos de brinquedos oferecidos na sociedade. Podemos afirmar sem dúvida, que tanto as brincadeiras de roda cantada, as dramatizações como os brinquedos industrializados e artesanais são, todos, imprescindíveis à vivência infantil.

### **1.8 A Escola e a Cultura Lúdica**

Muitas são as propostas de alguns sistemas escolares, buscando por princípios a sistematização da cultura infantil.

A escola, sobretudo, o Ensino Fundamental (Educação Infantil), nos últimos anos tentou se comprometer com o lúdico, e não se sabe até que ponto esta tem envergadura para tanto. Muitas vezes a mesma abriu espaço para que o brincar acontecesse, no entanto, sem ser sistematizado. Brinca-se por brincar, ocupando o tempo e sem acompanhamento do professor. Não interessa a este a forma como se desenvolve a brincadeira.

Não pretendemos de forma alguma reduzir o brincar às especulações do ato cognitivo, tirando-lhe o ato espontâneo e prazeroso. Mas podemos aliar o lado prazeroso ao momento motivador do conhecimento, que pode ser expresso em objetos (brinquedos) e comportamentos (no caso as brincadeiras)...

Acreditamos que a escola, antes de ser sistematizadora dos conteúdos da cultura infantil, constitui-se em desestimuladora da mesma, utilizando-a para recheiar o tempo e ocupar o alunado. Divisar o brinquedo como estratégia para o ensino é tarefa de sistematização por parte do educador, buscando maior conhecimento desse campo, trazendo-o para a prática efetiva dentro da escola, sem reduzir o brincar a um mero momento de descanso para o professor, como muitas vezes acontece.

A grande maioria dos professores acha que o brincar por si já basta, abominam a intenção. Mas intervir não é “ATRAPALHAR”, e sim discutir, propor, retrabalhar, reexaminar. Desde que se queira trabalhar com o brinquedo dentro de uma estratégia metodológica, necessário será observar, afim de que se possa ter o domínio do objeto (brinquedo) ou do comportamento (brincadeira), apurando as potencialidades dos mesmos, resultando num melhor aproveitamento estratégico-metodológico.

## 2. OS JOGOS

Apesar de se saber atualmente que o jogo tem um papel importantíssimo na formação social e na expressão cultural, este foi inserido muito tardiamente no universo escolar, devido ao fato de que para está, até bem pouco tempo, o jogo era uma tarefa desvinculada do trabalho, o objetivo principal da escola.

Desde a antiguidade o jogo está presente no mundo infantil, e vem tomando conotações diferentes a cada momento histórico em que é vivenciado e estudado.

Atualmente os estudiosos do assunto tentam equilibrar jogo e educação, para que o contexto formativo não seja superado pelo lúdico. Mas tendo em vista que, o processo de aprendizagem deve ser prazeroso. O prazer, a satisfação, o aspecto lúdico devem estar presentes no desenvolvimento formal da criança. Jogos são brincadeiras sofisticadas, que devem fazer parte do dia-a-dia das crianças. O jogo tem a função de educar um indivíduo para a convivência social em um mundo regido por leis que ele precisa conhecer, simulando situações reais, levando-o a extrapolar o concreto.

Os jogos provem o desenvolvimento de habilidades de pensamento e raciocínio, e incorporam motivação ao ambiente, oferecendo assim de uma maneira natural, meios para desenvolver tais habilidades.

Os jogos podem simular batalhas, armadilhas para pegar incautos e até mesmo magia. Os jogadores interagem em tempo real e podem alterar o "mundo" do jogo de que participam. Com o jogo aprende-se a cooperar, respeitar, barganhar, projetar conseqüências de longo prazo. O jogo desenvolve a linguagem, a criatividade, desperta o interesse do aluno. Desenvolve

habilidades de raciocínio, como organização, atenção, concentração, tão necessários para a aprendizagem. Além disso, o jogo pode diminuir as barreiras que alguns alunos apresentam em relação a certas disciplinas. Ele é muito importante no desenvolvimento físico, intelectual e social das crianças.

Para VYGOTSKY (1989, p. 104), o jogo é definido pela situação imaginária criada pela criança, e que tende a suprimir necessidades que mudam conforme a idade. Com o crescimento surgem novas necessidades que poderão ser satisfeitas através da capacidade imaginária da criança.

O jogo tem o potencial para modificar e aprimorar a forma com que as pessoas aprendem, pois permite que o indivíduo que joga, ou melhor, o jogador explore ambientes, processos ou objetos, não através de livros, fotos, filmes, mas através de manipulação e análise virtual do próprio alvo de estudo. Isto leva o aprendiz ao próprio contexto do assunto a ser aprendido, e recebe a cada ação que fizer, uma realimentação deste contexto.

O jogo tem importância quando revestido por seu significado funcional, ou seja, o jogo deve ser uma atividade preparatória, desenvolvendo as percepções do aluno, a inteligência, seus instintos. O jogo não pode ser muito fácil nem muito difícil, caso contrário, desestimula o aluno.

O jogo, antes de tudo deve ser bem escolhido. O professor deve estudar cada jogo antes de levá-lo para a sala de aula, e para isso tem que jogá-lo inúmeras vezes, observando qual é o objetivo do jogo, as melhores estratégias, vendo quais são os erros e os acertos mais frequentes, para que, ao aplicar o jogo aos alunos, ele possa interferir com questionamentos, para que o aluno se estimule cada vez mais, superando suas limitações e sentindo-se realmente

incluso. O professor será então, um expectador do processo de construção de conhecimento do aluno.

Durante o jogo, é importante também que haja troca de informações, opiniões, argumentações com os outros, por isso é essencial que os alunos saibam trabalhar em grupos.

É interessante observar alguns critérios para a escolha de jogos:

- Os jogos devem ser, de preferência, para dois ou mais jogadores, facilitando assim a troca de informações.
- O jogo deve ter regras pré-estabelecidas.
- O jogo ao seu final deve ter só um ganhador.
- O jogo não deve ser apenas mecânico e sem significado. Ele deve ser interessante e desafiador e com conteúdo de acordo com o grau de desenvolvimento do aluno.
- O jogador deve jogar sempre dentro das regras.
- A sorte deve ter um papel secundário ou em nada interferir.

Por outro lado temos que ter muito cuidado quanto a este tipo de técnica de aprendizagem, por que os jogos oferecem ao aluno a liberdade de ação a qual deve ser acompanhado pelo professor, para não deixar com que o aluno se distancie muito do objetivo do jogo em estudo.

Deste modo, acredita-se que a utilização de jogos na educação especial virá a melhorar o modo de ensinar, o modo de avaliar e também o modo de aprender, mudando a visão do aluno em relação à educação.

As vivências com brincadeiras, quando estruturadas adequadamente, podem originar processos construtivos e expressivos tanto quanto as várias linguagens artísticas. Para que isso ocorra, devem ser desenvolvidas atividades de confecção de brinquedos que estimulem a criatividade e ao mesmo tempo possam ser utilizadas nos conteúdos a serem abordados pelos profissionais de educação envolvidos no processo de aprendizagem de portadores de necessidades especiais.

### 3. BRINQUEDOS PARA DEFICIENTES MENTAIS EDUCÁVEIS NA FAIXA DE ESCOLARIZAÇÃO

O brincar é por demais importante, mas é preciso preocupar-se se as crianças estão usando brinquedos que realmente são importantes, tanto como atividades de recreação, como para o seu bom desenvolvimento.

Os brinquedos devem ser oferecidos às crianças em determinadas etapas, conforme suas necessidades e seu desenvolvimento.

Quando o deficiente mental educável atingir a idade escolar, já terá adquirido habilidades básicas de cuidado pessoal, alguma capacidade em conviver com os outros e determinada capacidade verbal.

O deficiente mental educável nesta fase é mais ousado ou descuidado, deve ser estabelecido limites até onde poderá brincar e os objetos perigosos que deve evitar.

Deve-se alimentar confiança na capacidade da criança em adquirir habilidades motoras.

A criança nesta fase, já melhorou sua coordenação visual-manual e é capaz de aprender a manejar brinquedos mais complicados. Para que a criança execute atividades mais complexas como enfiar contas, construir coisas com equipamentos

de metal e madeira (estes contribuem para o cultivo do gosto e da invenção), vestir e despir bonecas.

Nesta fase, os brinquedos de construção mecânica desempenharão papel importante, as crianças divertem-se muito, construindo alguma coisa útil e decorativa, a satisfação da criança ao produzir algo é o que importa.

Cortar e colar também são atividades muito importantes: o uso da tesoura requer muita habilidade. Será necessária uma direção específica sobre como segurar a tesoura e onde exercer pressão.

O uso de ferramentas de carpinteiro bem simples, como serra, martelo e pregos, interessa algumas crianças deficientes nesta fase, mas no início não farão algo construtivo, depois adquirirão habilidade de uso, despertando criatividade e havendo assim aprendizagem.

A maioria dos deficientes mentais educáveis nesta época, apreciam o emprego de material artístico, assim como tintas, lápis e pintura com os dedos. Através de pinturas, desenhos, feitos pelas crianças, os adultos compreenderão de que modo à idade e o desenvolvimento da criança afetam o produto final.

Estágios de crescimento são perfeitamente perceptíveis nos desenhos que a criança faz e auxiliam o professor a orientar a criança na aprendizagem, nos conceitos e nos meios de expressão artística.

O uso de quebra-cabeças ajuda as crianças a encontrarem semelhanças de formas à medida que selecionam suas partes para encaixá-las nos lugares certos. Assim que a criança dominar o quebra-cabeça simples, deve-se auxiliá-la a passar para os mais difíceis.

As crianças deficientes mentais educáveis podem participar de certos jogos simples, desde que:

- Possam ser demonstrados, mais do que explicados verbalmente;
- Que não requeiram a retenção de séries de coisas para fazer;
- Que não exijam muito trabalho em grupo.

Exemplos de jogos ao ar livre muito simples são os de esconder, pegar, procurar a bola ou pular a corda.

Alguns jogos de mesa são bastante simples para serem aprendidos e apreciados, como jogo de loto, jogo da oca e dominó com figuras.

Outros brinquedos que poderão ser oferecidos às crianças deficientes mentais educáveis nesta fase são: instrumentos de jardinagem, telefone de brinquedo, patins, equipamentos de loja (caixa registradora, latas, caixas, papel, moedas de brinquedo), marionetes, roupas usadas, fitas, bijuterias para adorno, argila, escadinhas, carrinho de mão, trenó, automóveis de brinquedo para dirigir, balanços, livros de figuras, brinquedos de atirar fazendo pontaria, arco e flecha, sacos de areia para socar e bolas.

## REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O fracasso escolar, as dificuldades em se trabalhar com crianças portadoras de necessidades educativas especiais, a formação precária dos professores constituem uma realidade muito presente em nosso cotidiano fazendo com que a Escola sofra críticas, entre elas a do uso de práticas pedagógicas antigas, com uso de aulas expositivas e com conteúdos sem ligação com a realidade dos alunos. Com isso o aluno se desmotiva, e passa a achar que estudar não é interessante. Principalmente os alunos com deficiência mental educável.

Atualmente, quando olhamos a educação encontramos diversas propostas e experiências; todas objetivam ressignificar a escola para as novas exigências. Elas pedem novas obras, reestruturações, novas formas de organizações. Enfim uma escola que contribua para o desenvolvimento integral do ser humano, sem distinção de raça, classe, gênero ou característica pessoal.

A problemática do atendimento educacional escolar, ora reunidos no complexo heterogêneo grupo de alunos com necessidades educativas especiais é extremamente complexa, particularmente, num mundo de fantásticos processos tecnológicos na qual a máquina substitui o homem e o lúdico foi esquecido.

Qual o futuro dos alunos que inúmeras causas, temporárias ou permanentes, “reais ou circunstanciais”, apresentam necessidades educativas especiais e não obtêm da escola as respostas de aprendizagem baseadas no lúdico de forma realmente significativa e construtiva compatíveis com suas necessidades educacionais? Como eles enfrentarão os desafios do terceiro milênio?

Acreditamos que precisamos trabalhar muito ainda, para solucionarmos esta problemática, pois cada ser é único e, estimular as suas potencialidades individuais através do lúdico, prova ser um canal excelente para atingirmos a aprendizagem destes alunos, sendo que vimos que com jogos e brinquedos cada um pode revelar seu potencial e mostrar aos outros que também sabe fazer algo, sem precisar sentir-se diferenciado nos trabalhos.

O presente referencial teórico comprova que os profissionais envolvidos no desenvolvimento de trabalhos com portadores de necessidades educativas especiais ao trabalharem dessa forma, provam que a escola deve buscar uma educação centrada em jogos e brincadeiras, ou melhor, levar a sério às inclinações e habilidades de cada aluno nestas atividades. Os jogos podem satisfazer as necessidades de desenvolvimento das crianças, seu grande valor está em apresentar instrumentos de rica possibilidade para o estímulo de várias atividades físicas, motoras, sensoriais, sociais, afetivas, intelectuais e lingüísticas.

Os jogos e brincadeiras contêm objetivos educacionais, métodos e significados; eles representam um instrumento prático para ser aplicado no trabalho direto dos profissionais com as crianças portadoras de necessidades educativas especiais de forma que estas adquiram novos conhecimentos.

Sendo assim, o presente trabalho teórico atinge seu objetivo em embasar a positividade criada entre os professores e alunos que desenvolvem suas atividades baseadas nos jogos e brinquedos, pois a diversidade de experiências gratificantes que serão adquiridas, será o ponto de partida para futuras e grandes inovações no espaço escolar; e certamente propiciará a abertura de um leque de novas habilidades criadoras aos alunos portadores de necessidades educativas especiais e professores envolvidos, na participação, argumentação e reflexão quanto ao seu papel no contexto escolar e social.

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda. **A criança e seus jogos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- ALVIM, Clovis de F. **Introdução ao estudo da Deficiência Mental**. Belo Horizonte: Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, 1971.
- BENJAMIN, Walter. **A criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus Editorial, 1984.
- BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (orgs). **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1998.
- COOL, C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- KIRK, Samuel A. et al. **Crianças excepcionais e sua educação familiar**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1974.
- KUCKASSON, R. et al. **Mental retardation: definition, classification and systems of supports**. 9ª ed. Washington, AAMR, c 1992, 1997.
- LEIF, Joseph et alli. **O jogo pelo jogo, as atividades lúdicas na educação de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MACHADO, A. M., (org) **Psicologia escolar em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.
- MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICOS DE TRANSTORNOS MENTAIS. DSM – IV**. Trad. de Deyse Batista. 4ª ed. Porto alegre: Artes Médicas, 1995.
- MAZZOTTA, Marcos F. da Silveira. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, Secretária de Educação Fundamental. **Um salto para o futuro**. Brasília, 1995.
- PAGE, Hilary. **O brinquedo e as crianças**. São Paulo: Anhanguera, 1981.
- PESSOTI, I. D. M., **Deficiência Mental, da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SASSAKI, R. K. **inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKLIAR, C., (org) **Educação e Exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1987.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. SP: Martins Fontes, 1989.